



MULHERES NEGRAS: UM OLHAR SOBRE TRAJETÓRIAS, IMAGINÁRIOS, RESISTÊNCIAS E INTERSECIONALIDADE

Juliana Araújo ¹

¹ Mestra em Educação de Jovens e Adultos, (UNEB). Professora da Educação Básica do Estado da Bahia / Gestora Local do Programa Brasil Alfabetizado (Santo Estevão – BA). E-mail: julianahistoriaedite@gmail.com

EIXO TEMÁTICO 1: SUJEITOS DA EJA: INCLUSÃO, DIVERSIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

RESUMO

O presente artigo discute as trajetórias, imaginários, resistências e perspectivas interseccionais das mulheres negras na sociedade brasileira, a partir das contribuições teóricas de Lélia Gonzalez e Carla Akotirene. Busca-se problematizar como a colonialidade do poder e do saber atua na subalternização e invisibilização dessas mulheres, evidenciando a necessidade de um feminismo negro e decolonial que reconheça suas epistemologias e experiências. Fundamentada nas categorias de raça, classe e gênero, a análise ressalta que o racismo estrutura as relações sociais e define hierarquias de gênero e poder no Brasil. As autoras estudadas propõem uma ruptura com o pensamento eurocêntrico e com o mito da democracia racial, ao reivindicarem um feminismo afro-latino-americano que considere a amefricanidade como identidade política e cultural de resistência. Assim, compreende-se que a interseccionalidade constitui um instrumento teórico e metodológico essencial para revelar as múltiplas formas de opressão e propor caminhos de transformação social a partir do protagonismo das mulheres negras.

Quando se é mulher negra no Brasil, nasce-se com uma forma preestabelecida por um certo tipo de representação que molda, desde a sua aparência, até sua vivência-jeito de ser e de estar no mundo. Assim, desde muito cedo, assimilações ligadas à inferioridade, à feiura e aos espaços possíveis são fixadas no campo arquivo da memória dessas mulheres, oferecendo, assim, uma única tonalidade para que seja possível remendar suas identidades e suas vivências.

O que é ser uma mulher negra numa sociedade machista e racista? Como essas formas de opressão são sentidas nos corpos negros? Provavelmente, para a população não negra, tais perguntas não tenham respostas, mas para as mulheres negras elas possuem respostas amargas.

Ao realizar levantamento bibliográfico sobre a produção intelectual de mulheres negras brasileiras nos anos de 1980, constatou-se a existência de vasto material produzido e a presença de autoras negras discutindo variados assuntos sobre história, movimentos sociais e questões específicas sobre discriminações e desigualdades cotidianas vivenciadas pelas mulheres negras na sociedade brasileira a partir de estudos históricos, sociológicos, políticos, antropológicos, literários, entre outros. Entre essas intelectuais negras, destacamos, nesta pesquisa, as produções críticas de Lélia González, Sueli Carneiro e Carla Akotirene sobre o lugar da mulher negra na formação da sociedade brasileira e a maneira como questionam consagradas leituras de interpretação do Brasil.



A escolha dessas intelectuais foi feita com base na sua importância política e histórica tanto para o movimento negro como para o feminismo negro brasileiro.

Este artigo tem como objetivo problematizar de que forma a colonialidade do poder atua subalternizando as mulheres negras latino-americanas e, consequentemente, invisibiliza as significativas contribuições teóricas dessas pensadoras na construção do pensamento feminista interseccional. Sendo assim, é preciso decolonizar o pensamento feminino e dar o devido reconhecimento a pensadoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Carla Akotirene, dentre outras. Consideramos pertinente um feminismo decolonial que traga de volta ao mundo da existência as sujeitas e seus saberes que foram ocultados pela modernidade colonial, em especial, as mulheres negras.

Lélia Gonzalez (1935-1994) é considerada como uma das principais representantes do feminismo negro no Brasil. Primeira a fundamentar e chamar atenção a interseccionalidade na sociedade brasileira, foi precursora na defesa da articulação entre as categorias de raça, classe, sexo e poder para desmascarar as estruturas de dominação da sociedade colonial. Dessa forma, realizou uma forte crítica sobre a inserção do negro na sociedade colonial de capitalismo dependente, e questionou o mito da democracia racial por meio de uma posição incisiva sobre a organização do pensamento moderno/colonial eurocêntrico. Em sua reflexão desde uma visão anticolonial, a crítica ao colonialismo e ao eurocentrismo é realizada por uma postura afrocêntrica construída a partir da experiência diaspórica comprometida com o rompimento com o colonialismo.

De acordo com Akotirene (2018, p. 30), Lélia Gonzales, “[...] reposicionou a região colonizada, Améfrica Ladina, criticando o monoculturalismo epistêmico dos Estados Unidos”. A Amefricanidade proposta por Lélia Gonzales na década de 80, assim como sua produção sobre um feminismo afro-latino-americano, comprova a sua abordagem decolonial e interseccional para criticar e se opor ao colonialismo, ao sexismo, imperialismo e o monopólio epistêmico ocidental.

O feminismo decolonial surge da verificação de que os conceitos de raça e gênero, isoladamente, deixam sujeitos do lado de fora das discussões por reconhecimento, entre eles estão, por exemplo, a mulher negra. A interseccionalidade é um dos eixos fundamentais do feminismo decolonial, pois abriu um enorme leque de novas possibilidades de análise e atuação do feminismo.

Segundo Akotirene (2019, p. 57), a interseccionalidade “instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas de direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras”. No entanto, a autora alerta para que não se cometa o engano de pensar que a interseccionalidade seja apenas sobre múltiplas identidades, já que se trata, efetivamente, de uma lente analítica e metodológica sobre a interação estrutural e seus efeitos jurídicos e políticos.

Assim como as autoras já referidas, outras importantes pensadoras feministas decoloniais trazem fundamentais e importantes contribuições para a construção de uma teoria Feminista Interseccional e Decolonial desde a América Latina, questionando as formas como o feminismo hegemônico, branco, com privilégios de classe, e nortecentrado entende a subordinação das mulheres negras, reproduzindo, dessa forma, o racismo, o sexismo, o classismo e o heterocentrismo em suas práticas políticas.

É urgente pensar um feminismo desde o Sul, decolonizado e que inclua mulheres que atuam e atuaram nas margens do sistema capitalista moderno colonial para que se possa construir modelos alternativos de sociedade. Desse modo, as contribuições de Lélia Gonzalez são referência para os movimentos sociais, sobretudo para os movimentos negros e feministas.



De acordo com Gonzalez (1988), o horizonte, enquanto um sistema etnográfico de referência, é uma criação de nossos antepassados negros no continente em que vivemos, com inspiração em modelos africanos. O termo “amefricana” designa toda uma descendência, não só dos irmãos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como daqueles que chegaram à América antes de Colombo. Nesse sentido, a noção de amefricanidade identifica que, embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, o sistema de dominação é o mesmo em todas elas: o racismo.

Lélia Gonzalez é uma autora com abordagem interseccional, já que suas pesquisas não se deslocavam da análise da formação social brasileira desde uma perspectiva de classe, raça e gênero. Analisou com profundidade como essas categorias se articulam nas mais diversas formas de opressão e de hierarquização dos sujeitos, em especial da mulher negra e periférica latino-americana. Tais abordagens colocam Lélia no lugar de pioneira dos estudos interseccionais sobre uma perspectiva decolonial. Portanto, sem dúvida, Lélia é fundamental para a construção de novas alternativas de sociedade.

Akotirene (2019) entende a interseccionalidade como “sistema de opressão interligado” que circunda vida de mulheres negras no encontro de avenidas identitárias. De forma perspicaz, a autora apresenta a leitores e leitoras o que é interseccionalidade sob o ponto de vista feminista negro, articulando diversas contribuições de intelectuais. Ela chama atenção, também, para a apropriação do conceito por instituições, movimentos sociais e correntes teóricas que, em muitos casos, além de negar a autoria feminista negra, utilizam a interseccionalidade para criminalizar corpos negros.

A autora chama a atenção, ainda, para o fato de que “A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas” (Akotirene, 2019, p. 48). Nessa perspectiva, o conceito sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica (Akotirene, 2019, p. 36). Pois, tal perspectiva teórica “mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal” (Akotirene, 2019, p. 30). Sendo assim, utilizar a interseccionalidade como prisma é analisar de forma imbricada às opressões estruturais, de modo que elas não são somadas, já que são indissociáveis. Nesse sentido, mais do que pensar múltiplas identidades, a interseccionalidade evidencia “como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais posicionadas em avenidas identitária, que farão delas vulneráveis a colisão das estruturas e fluxos modernos” (Akotirene, 2019, p. 63).

As críticas apresentadas vão das feministas negras ao uso indevido da interseccionalidade, até as críticas realizadas às feministas negras e, por conseguinte, à forma do feminismo negro consolidar sua epistemologia. Como salienta Carla Akotirene (2019), mulheristas reivindicam a construção de narrativas longe do que consideram “exclusividade de feministas negras sobre as histórias vividas por negras e negros em diáspora”.

Com as informações apresentadas até aqui, concordamos com os posicionamentos de Carla Akotirene em relação à interseccionalidade, visto que evidenciam a potência do feminismo negro enquanto exercício teórico-prático em que toda teoria formulada reverbera em ações, ou são consequência delas. Como qualquer conceito, a interseccionalidade não dá conta de abarcar todas as realidades e de certa maneira concordamos com algumas críticas das mulheristas aqui já apresentadas. Entretanto, compreendemos que não há quaisquer pretensões de universalizar experiências, pois é necessário compreender que o feminismo negro surge da crítica à “mulher universal” exposta pelo feminismo hegemônico.

Por fim, acreditamos, assim como Akotirene (2019), que a interseccionalidade é a autoridade intelectual de todas as mulheres que um dia foram silenciadas, ou seja, mulheres negras que, a partir do tráfico transatlântico, tiveram suas falas negadas, pois a



branquitude utilizou o discurso como poderoso mecanismo de dominação. Dessa forma, indicamos a leitura das escritoras aqui citadas, a todas as mulheres negras e a todas e todos que trabalham, pretendem trabalhar ou conhecer mais das relações de raça e gênero a partir das lentes mais brilhantes de intelectuais do feminismo negro brasileiro.

Sem desconsiderar os profundos vínculos com os movimentos sociais, decidimos propor nessa pesquisa uma espécie de “deslocamento do olhar”, isto é, que considere especialmente a produção de conhecimento e história feita por mulheres negras e de como a produção dessas autoras possibilita tecer críticas fundamentais sobre as visões consagradas de interpretação do Brasil. Essa crítica situada e posicionada possibilita construir outros caminhos teóricos e metodológicos, trazendo para o primeiro plano a condição das mulheres negras e pobres ao longo da história, no ambiente familiar e no âmbito do trabalho contemporâneo.

Na perspectiva dessas autoras, grande parte da intelectualidade acadêmica brasileira tinha a preocupação em construir uma ideia de identidade nacional e justificar a desigualdade racial no Brasil. Dessa forma, o debate das relações raciais no Brasil desde o final do século XIX e durante grande parte do século XX se constituiu a partir da criação de mitos e estereótipos em torno da inferioridade do homem e da mulher negra, inviabilidade de um país mestiço, tese do branqueamento, a fábula das três raças e o mito da democracia racial.

O corpo da mulher negra é visto como um corpo sexualizado, inferiorizado e reduzido ao imaginário machista de nossa sociedade. Sobre isso, Gonzales (1984) mostra como a articulação entre racismo e sexismo produz violentos efeitos contra a mulher negra no Brasil. A autora aborda a mulher negra através da figura da mulata, da doméstica e da mãe preta para problematizar o mito da democracia racial.

A discussão sobre raça e gênero permite refletir como esses marcadores sociais contribuem na construção da figura da mulher negra em nossa sociedade, apontando como as desigualdades enfrentadas por elas respaldam-se em discursos racistas e machistas. Além disso, fornece os subsídios para refletir acerca do evento da maternidade para mulheres negras, levando em consideração aspectos relacionados ao ser uma mulher negra vivendo em uma sociedade tão desigual e preconceituosa.

Gonzalez (2020) elucida que precisamos pensar o Brasil, sua criação e seus projetos de nação por essa lente triádica, pois é ela que nos dá o enfoque mais claro dos processos de desigualdades recorrentes. A autora deixa isso bem claro ao trazer dados de disparidades de renda, educação e função de trabalho de mulheres brancas e negras.

Desarticular as noções de gênero, classe e raça seria, assim, buscar o entendimento de apenas um aspecto de uma realidade mais ampla, mais complexa, e, portanto, não daria conta de uma compreensão completa das hierarquizações sociais e das desigualdades presentes ao longo da história brasileira, que têm seu cerne no processo colonial e de formação do que é Brasil. Porém, há ainda um outro processo, o da transformação social, que não seria empreendida se não houvesse a superação “do modelo ariano de explicação” (Gonzalez, 2020, p.267) que a autora chama atenção de ser sustentado pelo racismo.

Gonzalez (2020) é extremamente crítica a uma visão presente na Literatura de que, de alguma forma, a escravidão brasileira foi menos violenta, ou até mesmo que, a partir dos processos de miscigenação ao longo da história, houve o fim do racismo na sociedade brasileira, assim como se mostrava extremamente contrária a qualquer romantização das violências sexuais acontecidas dentro do período colonial.

A autora questiona e critica o que ela chama de “história oficial” e o “discurso pedagógico” (Gonzalez, 2020, p.50) que durante anos a fio foi usado para promover a ideia de democracia racial e de uma possível servidão aceita pelos negros. Tais discursos



dão a entender uma possível solução pacífica e sem violência para a questão racial ao apagar a história de crueldade e abusos acometidos durante o período colonial. Sobre o assunto, a autora argumenta que o processo de miscigenação foi um sustentáculo do mito da democracia racial e da ideia de inexistência do racismo no Brasil.

É dentro dessa lógica que Gonzalez (2020) deixa claro que há um processo de discriminação que é vinculado há um processo de hierarquização das funções. A autora deixa claro que as mulheres negras, pelo desenvolvimento colonial, se encontram muitas vezes na figura da “mãe preta” responsável pelo cuidado, ou seja, pelo papel da trabalhadora doméstica. Sobre isso, Gonzalez (2020, p. 58) afirma que “Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da ‘inferioridade’ que lhe seriam peculiares”.

Para a autora, em todo processo de uma construção da nacionalidade brasileira, pensada aqui como um projeto de Estado, a população negra não foi incorporada: na verdade nunca foi nem pensada como igual. O racismo, que Lélia Gonzalez classifica como por omissão, seria uma tônica da sociedade brasileira e do projeto de nação. Dessa forma, não pensar o racismo no Brasil é, para a autora, parte da lógica branqueadora e da lógica colonizadora, pois “[...] quer nos fazer crer que nós somos um país racialmente branco e culturalmente ocidental, eurocêntrico” (Gonzalez, 2020, p.221). A então hierarquização social brasileira e a negação de projetos políticos que questionem o racismo promovem um racismo específico: aquele que é negado em sua existência, um racismo disfarçado.

O processo de denegação – a negação do racismo – está presente, segundo Gonzalez (2020), até na infância, levando o negro para a força de trabalho e fazendo com que as mulheres negras sejam o grupo mais explorado da sociedade. No Brasil, o racismo é negado para ocultar: o Brasil tem racismo, mas não tem racista. Nesse contexto, há uma importância substancial em pensar outros feminismos, de pensar um feminismo que compreenda “[...] o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região [...]” (Gonzalez, 2020, p.142). Dessa forma, postular um feminismo afro-latino-americano é demandar por um feminismo que entenda a tríade já averiguada neste trabalho, assim como entender o processo de colonização como central para criação das diversas realidades vividas, e a partir daí promover uma transformação.

A partir de um novo entendimento de América, podemos pensar em processos mais democráticos e que compreendam a trajetória histórica específica da colonialidade e seus resquícios. No esforço de refletir a amefricanidade, conceito que se refere à experiência comum de mulheres e homens negros na diáspora e à experiência de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial, é possível interpretar que a palavra se limita a definir a condição geográfica dos povos negros nas Américas. Porém, o termo criado por Lélia Gonzalez vai além, pois indica a construção de uma identidade étnica com a incorporação de dinâmicas culturais, especialmente aquelas que vão na contramão do sistema de dominação chamado racismo.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Feminismo Decolonial; Interseccionalidade Amefricanidade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, K. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

AKOTIRENE, K. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.



EMPREENHIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Ashoka Empreendedores Sociais, 2003. p. 49- 62.

GONZALEZ, L. A **Categoria político-cultural de Amefricanidade**. Tempo brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, L. A Categoria político-cultural da amefricanidade. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Pensamentos feministas: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 1-440.

GONZALEZ, L. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1984, p. 223-244. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3040030&forceview=1>. Acesso em 26 ago. 2024.